

Diretrizes para implantação de uma biblioteca comunitária e sua contribuição para a formação do cidadão

Guidelines for the implementation of a community library and its contribution to citizenship development

João Otávio Gomes Silveira¹

Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra²

Italo Teixeira Chaves³

Odete Máyra Mesquita Sales⁴

RESUMO

Este estudo analisa a contribuição das bibliotecas comunitárias para a formação da cidadania, investigando seu conceito, papel social e impacto na comunidade. Utilizando o método de pesquisa bibliográfica e exploratória. Foram revisadas produções acadêmicas nas bases acadêmicas SciELO, Google Scholar e o repositório institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC) sobre bibliotecas comunitárias, educação cidadã e inclusão social. Os resultados indicam que essas bibliotecas transcendem a função de armazenamento de livros, tornando-se espaços de acesso à informação, mediação da leitura e desenvolvimento cultural. Além disso, promovem a participação ativa da comunidade, fortalecendo laços sociais e estimulando o pensamento crítico. Observou-se que esses dispositivos desempenham um papel essencial na construção da cidadania ao proporcionar acesso a recursos informacionais, desenvolver a formação leitora e realizar atividades culturais e educativas. Como resultado da pesquisa, foram criadas diretrizes para a implantação e gestão de bibliotecas comunitárias, abordando aspectos como engajamento comunitário, formação do acervo, capacitação de mediadores e sustentabilidade do projeto. Essas diretrizes demonstram que a biblioteca comunitária é um agente de transformação social, promovendo inclusão e participação cidadã. Conclui-se que seu fortalecimento deve ser incentivado por políticas públicas e ações comunitárias, garantindo sua continuidade e ampliando seu impacto na construção de uma sociedade mais democrática e informada.

Palavras-chave: biblioteca comunitária; cidadania; função social da biblioteca.

¹ Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2249-663X>. E-mail: joaoogs@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente no Departamento de Ciência da Informação (DCINF) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Ceará. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2510-911X>. E-mail: aurea.mguerra@gmail.com.

³ Doutorando e mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7351-9565>. E-mail: italo-chaves55@hotmail.com.

⁴ Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará (DCINF/UFC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9208-3071>. E-mail: mayra.mesquita@gmail.com.



ABSTRACT

This study analyzes the contribution of community libraries to the formation of citizenship by investigating their concept, social role, and impact on the community, using bibliographic and exploratory research methods. Academic productions on community libraries, civic education, and social inclusion were reviewed in the SciELO and Google Scholar academic databases, as well as in the institutional repository of the Federal University of Ceará (UFC). The results indicate that these libraries go beyond merely storing books; they become spaces for access to information, reading mediation, and cultural development. Additionally, they promote active community participation, strengthen social bonds, and stimulate critical thinking. It was observed that these institutions play an essential role in building citizenship by providing access to informational resources, fostering reading habits, and organizing cultural and educational activities. As a result of the research, guidelines were created for the implementation and management of community libraries, addressing aspects such as community engagement, collection development, mediator training, and project sustainability. These guidelines demonstrate that community libraries act as agents of social transformation, promoting inclusion and civic participation. It is concluded that strengthening these institutions should be encouraged through public policies and community actions to ensure their continuity and expand their impact on the construction of a more democratic and informed society.

Keywords: community library; citizenship; social function of the library.

Submetido em: 21 mar. 2025

Aprovado em: 4 abr. 2025

1 INTRODUÇÃO

A informação não deve ser vista como um dado estático, mas sim como um fenômeno social dinâmico, capaz de gerar sentidos e profundamente interligado com a cultura, estando sujeita à recontextualização por meio das interações sociais e comunicativas (Varela, 2010). Em seus estudos, Varela (2010) destaca que a informação desempenha um papel vital na construção da cidadania. Essa construção fundamenta-se na participação ativa, na autonomia e na crítica ou criação, permitindo que tanto o cidadão individual quanto o coletivo se movimentem e contribuam para um processo social transformador.

Nesse contexto, o acesso à informação possibilita que os indivíduos adquiram conhecimentos, desenvolvam habilidades e ampliem seus horizontes, tornando-os mais aptos a buscar oportunidades de aprendizado e crescimento. Uma comunidade



informada, portanto, está melhor capacitada para participar ativamente das decisões que afetam sua realidade, uma vez que o conhecimento facilita a compreensão de questões sociais, políticas e culturais, promovendo o exercício pleno dos direitos e responsabilidades cidadãos (Benevides, 1994).

As bibliotecas desempenham um papel fundamental ao promover esse acesso à informação e apoiar a educação. Conforme o Manifesto da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA, 2022, p. 1), a biblioteca pública é a “porta de acesso local ao conhecimento, fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, a tomada de decisão independente e o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos sociais”. Assim, as bibliotecas não apenas armazenam informações, mas também catalisam processos de transformação social e cultural.

Além disso, seja por meio de espaços físicos ou virtuais, as bibliotecas organizam coleções de materiais como livros, revistas, jornais, documentos eletrônicos, vídeos e áudios, formando ambientes de interação e compartilhamento de ideias. Milanesi (2013) enfatiza que essas instituições incentivam a participação da comunidade em atividades educativas e culturais, contribuindo para o fortalecimento dos laços sociais e para o enriquecimento do repertório cultural coletivo.

Cavalcante e Feitosa (2010) ressaltam que, ao atender às necessidades informacionais e culturais das comunidades, as bibliotecas comunitárias promovem a cidadania e fortalecem o desenvolvimento intelectual e social, assim bibliotecas atuam como espaços de encontro e socialização indispensáveis à democratização da informação. Também para Gomes, Prudêncio e Conceição (2010), as bibliotecas, ao desempenharem seu papel como mediadoras do conhecimento, possuem uma função essencial no fortalecimento de “redes sociais” que promovem maior interação entre os indivíduos. Por meio dessa interatividade, elas ampliam o espaço destinado ao debate, à análise e à reflexão crítica, contribuindo para um ambiente mais dinâmico e propício ao intercâmbio de ideias.

As bibliotecas não são depósitos de livros, para Milanesi (2013) são espaços vivos de socialização e aprendizado, nos quais o conhecimento é constantemente mediado e compartilhado entre os indivíduos. Diante das transformações tecnológicas e do aumento da circulação da informação digital, a função dessas instituições torna-

se ainda mais relevante, reforçando seu papel como mediadoras do conhecimento e agentes de inclusão social. Esse processo, além de enriquecer as experiências dos usuários, também aproxima a biblioteca da comunidade que ela está inserida.

Isso nos aproxima do conceito de biblioteca comunitária, que segundo Machado (2009), é uma instituição gerida pela comunidade local, dedicada a ampliar o acesso à informação, ao conhecimento e à leitura de forma democrática e inclusiva. Essas bibliotecas geralmente surgem como projetos sociais autônomos, muitas vezes desvinculados de instituições governamentais, mas articulados com instâncias públicas e privadas locais.

Ao unir esforços da comunidade e atuar como um elo de integração social, as bibliotecas comunitárias democratizam o acesso à informação e promovem o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a cidadania, a medida que os sujeitos, informados, conseguem atuar ativamente na sociedade. Conforme Ferreira (2018), essas bibliotecas desempenham um papel essencial na construção da cidadania, ao promoverem ações culturais que estreitam os laços entre a instituição e seus usuários, garantindo a participação ativa da comunidade. Além disso, Alves, Correia e Salcedo (2017) destacam que as práticas leitoras e informacionais nesses espaços fortalecem a apropriação do conhecimento e estimulam a inclusão social, possibilitando que os sujeitos se reconheçam como cidadãos. Com este leque de possibilidades da atuação na biblioteca comunitária levanta-se a seguinte questão norteadora para esta investigação: **Como o desenvolvimento de diretrizes para bibliotecas comunitárias pode contribuir para a formação da cidadania da comunidade em que atua?**

O **objetivo geral** deste estudo é elaborar, por meio de pesquisas bibliográficas, diretrizes que auxiliem a implantação de bibliotecas comunitárias e as auxiliem na formação cidadã da comunidade em que estão localizadas. A partir deste objetivo geral, surgiram como **objetivos específicos**: estudar o conceito de biblioteca comunitária na literatura, identificar o papel da biblioteca comunitária na construção da cidadania; e elaborar diretrizes que favoreçam a construção de um projeto de biblioteca comunitária.

Diante da relevância das bibliotecas comunitárias para a democratização do conhecimento e fortalecimento da cidadania, torna-se fundamental investigar de que



forma essas instituições contribuem, na prática, para o desenvolvimento social das comunidades em que estão inseridas.

A importância das bibliotecas comunitárias não está apenas na oferta de acesso a livros, mas na criação de um ambiente que fomente a inclusão social e o desenvolvimento humano. Conforme Ninin *et al.* (2015), a efetividade dessas instituições depende de uma gestão baseada na compreensão das demandas informacionais da comunidade, garantindo que seus serviços atendam de forma estratégica às necessidades locais. Além disso, Targino (2020) enfatiza que a mediação cultural desempenha um papel essencial na construção da cidadania, promovendo práticas de leitura que incentivam o pensamento crítico e a participação ativa dos indivíduos. Assim, compreender os princípios administrativos e metodológicos que orientam a atuação dessas bibliotecas torna-se essencial para fortalecer sua função social e garantir sua sustentabilidade a longo prazo.

2 METODOLOGIA

A pesquisa científica é um processo sistemático de construção do conhecimento, visando gerar novos entendimentos e confirmar ou refutar conhecimentos estabelecidos. Neste estudo, adotou-se uma perspectiva bibliográfica e exploratória, um método essencial para levantamento de informações e conhecimentos já consolidados sobre o tema (Fonseca, 2002), e de abordagem qualitativa para analisar a contribuição das bibliotecas comunitárias na formação do cidadão. O recorte temporal dos textos analisados abrange o período de 2000 a 2023.

A investigação baseou-se na revisão de literatura, reunindo referências teóricas publicadas em livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações e documentos eletrônicos. As palavras-chave utilizadas nas pesquisas foram: "biblioteca comunitária", "função social da biblioteca", "educação cidadã" e "gestão de bibliotecas comunitárias". A seleção dos materiais foi realizada a partir de buscas nas seguintes bases acadêmicas: SciELO, Google Scholar e o repositório institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC). Na pesquisa foram obtidos os seguintes resultados:



Quadro 1 – Quantidade de textos obtidos

Fonte de Pesquisa	Biblioteca Comunitária	Função Social da Biblioteca	Educação Cidadã	Gestão de Bibliotecas Comunitárias	Total por Fonte
Repositório UFC	36	23	80	5	144
SciELO	9	4	49	2	64
Google Scholar	35	35	41	6	117
Total Geral	80	62	170	13	290

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Esses números foram obtidos já aplicando a delimitação temporal (2000 - 2023) através dos filtros das bases. Em especial no Google Scholar, foi realizada uma busca combinando as palavras-chave para diminuir o quantitativo de resultados, as combinações usadas foram: biblioteca comunitária e função social da biblioteca, biblioteca comunitária e educação cidadã, biblioteca comunitária e gestão de bibliotecas comunitárias.

A seleção final dos textos seguiu os seguintes critérios: pertinência ao tema da pesquisa, disponibilidade do texto completo e relevância acadêmica, considerando o número de citações e a qualidade da publicação, mensurada a partir dos objetivos dessa pesquisa. Salienta-se ainda que, nos casos em que houve o mesmo artigo recuperado em mais de uma base, considerou-se apenas uma, sendo o das outras bases excluídos no momento de leitura por serem repetidos. Com essa metodologia, foi possível estabelecer uma base teórica sólida para a análise da contribuição das bibliotecas comunitárias na educação cidadã e no fortalecimento do seu papel social.

Após análise dos títulos e resumos por leitura dinâmica foram escolhidos oito trabalhos e das referências destes, e pesquisas por onde foram citados. Após análise e leitura dos textos encontrados através das referências dos oito foram recolhidos, através dos mesmos critérios, mais onze textos, totalizando dezenove textos escolhidos para análise nesta pesquisa. Essas escolhas consideram os aspectos

qualitativos e subjetivos envolvendo a pesquisa e a percepção dos pesquisadores, ou seja, não houve um protocolo semelhante ao que se observa em revisões sistemáticas ou integrativas, mas sim, a inclusão de estudos que corroboram com um delineado teórico envolvendo bibliotecas comunitárias, seus impactos na comunidade, potencialidades para formação cidadã e marcos legais, discutidos nos tópicos a seguir.

3 A BIBLIOTECA COMUNITÁRIA E SEU IMPACTO NA COMUNIDADE

Com o passar dos séculos, as bibliotecas evoluíram de repositórios de textos sagrados e administrativos para centros de aprendizado e pesquisa, desempenhando um papel essencial na educação e na cultura. Para Targino (1984, p. 64), a biblioteca é uma instituição que influencia não apenas o conhecimento individual, mas também a formação da coletividade, proporcionando acesso a materiais essenciais para o desenvolvimento da sociedade. Essa transformação fez com que as bibliotecas assumissem um papel ativo na construção da cidadania, tornando-se espaços que possibilitam o acesso à informação e conseqüentemente, à participação social.

A relação entre bibliotecas e cidadania se fortalece à medida que essas instituições garantem o direito à informação, previsto na constituição brasileira e podem promover a inclusão social. Benevides (1994) destaca que a cidadania não se restringe ao reconhecimento formal de direitos e deveres, mas depende do acesso igualitário a recursos que possibilitem a participação ativa na sociedade.

Cavalcante e Feitosa (2010) enfatizam que as bibliotecas comunitárias, uma variação das bibliotecas públicas, desempenham um papel crucial na promoção da cidadania, oferecendo acesso à informação e possibilitando a construção do conhecimento coletivo.

De acordo com Machado e Vergueiro (2010), as bibliotecas comunitárias se diferenciam de outros modelos de bibliotecas, como as públicas e escolares, principalmente por sua origem e gestão, que são diretamente vinculadas à participação ativa da comunidade. Enquanto as bibliotecas públicas são mantidas pelo Estado e as escolares fazem parte do sistema educacional formal, as bibliotecas comunitárias emergem de forma espontânea ou por meio do incentivo de indivíduos, grupos sociais ou organizações da sociedade civil. Esse processo participativo é



fundamental para que a biblioteca seja incorporada pela comunidade não apenas como um espaço de acesso à informação, mas também como um ambiente de debate e ação cultural, onde se promovem atividades voltadas para a valorização do conhecimento local e o fortalecimento dos laços sociais.

Para Araripe (2014), as bibliotecas comunitárias são espaços essenciais para a promoção da cidadania. Elas oferecem acesso à informação, estimulam a leitura e o aprendizado, e ajudam a formar cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Ao proporcionar acesso à informação, conhecimento e cultura, essas instituições promovem a cidadania ao se tornarem agentes ativos na construção de sociedades informadas e participativas, fortalecendo os laços sociais e contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados.

Cavalcante (2014) as descreve como espaços informacionais que surgem a partir de iniciativas coletivas ou individuais, sendo legitimadas pelos próprios moradores por meio de processos de diálogo, compartilhamento de ideias, identificação de necessidades e negociações entre os envolvidos. De acordo com Machado (2009), essas bibliotecas são organizadas com base nos princípios da autonomia e da articulação local, o que as diferencia das bibliotecas públicas tradicionais. É essa flexibilidade que permite às bibliotecas comunitárias atenderem às especificidades de cada comunidade, adaptando-se às demandas locais.

Segundo Soeiro (2022), a biblioteca comunitária tem um papel essencial na inclusão social, promovendo formação leitora e estimulando o gosto pela leitura, especialmente em regiões periféricas. Esse tipo de biblioteca se torna um espaço de encontro e de construção coletiva do saber, favorecendo a troca de experiências e a mediação da leitura. Freire (1989 *apud* Soeiro, 2022) enfatiza que a leitura deve ser compreendida como um instrumento de emancipação e transformação social, sendo essencial para o desenvolvimento crítico dos leitores. Nessa perspectiva, as bibliotecas comunitárias assumem um papel político e pedagógico ao proporcionar experiências que vão além do simples acesso a livros, promovendo rodas de leitura, contos e debates sobre literatura.

Machado (2009) destaca que a atuação dessas bibliotecas está mais voltada à ação cultural do que à simples organização e tratamento da informação. Isso significa

que suas práticas promovem não apenas o acesso ao livro, mas também a interação social e a valorização da identidade comunitária.

A biblioteca comunitária, portanto, transcende a função tradicional de armazenamento e distribuição de livros, tornando-se um espaço vivo de partilha de saberes. Segundo Soeiro (2022), esses espaços promovem atividades pedagógicas que estimulam a formação leitora de crianças e jovens, permitindo que desenvolvam autonomia e senso crítico por meio da leitura e da interação com outros leitores.

Outro serviço relevante é o apoio pedagógico oferecido por essas bibliotecas. Para Soeiro (2022), muitas bibliotecas comunitárias desenvolvem projetos de reforço escolar, auxiliando crianças e jovens no processo de aprendizagem. Esses espaços também se tornam locais de estudo, tentando proporcionar um ambiente adequado para a realização de tarefas escolares e pesquisas.

As bibliotecas comunitárias desempenham um papel político e social ao promover debates e ações voltadas para a conscientização cidadã. Segundo Machado (2009), esses espaços funcionam como centros de mobilização social, estimulando o diálogo sobre temas relevantes para a comunidade e incentivando a participação ativa dos moradores em questões sociais e políticas.

Dessa forma, as bibliotecas comunitárias vão muito além da simples guarda e empréstimo de livros. Elas se consolidam como espaços de inclusão, aprendizagem e fortalecimento comunitário, oferecendo produtos e serviços que contribuem significativamente para a transformação sociocultural das localidades onde estão inseridas.

No contexto das bibliotecas públicas, sua missão se expande para além do armazenamento de acervos. Segundo o Manifesto da IFLA para o Desenvolvimento do Serviço de Bibliotecas Públicas de Koontz e Gubin (2013), as bibliotecas públicas devem ser planejadas para atender às necessidades informacionais, culturais e educacionais da comunidade, garantindo acesso democrático ao conhecimento. Um dos principais serviços oferecidos é o livre acesso à informação, tanto em formato impresso quanto digital, promovendo a inclusão informacional e digital sem discriminação. Além disso, as bibliotecas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da leitura e da alfabetização, incentivando práticas leitoras

em todas as idades por meio de clubes de leitura, mediação literária e programas educativos.

Koontz e Gubin (2013) completa que além de seu papel educativo, as bibliotecas públicas funcionam como espaços culturais e comunitários, promovendo exposições, eventos e debates que fortalecem a identidade cultural e a interação social. Também oferecem suporte ao desenvolvimento social e à cidadania, disponibilizando informações sobre direitos, serviços públicos e participação política. Dessa forma, as bibliotecas públicas se consolidam como instituições essenciais para a democratização do conhecimento, a inclusão social e a formação de cidadãos mais informados e engajados.

Portanto, a biblioteca, em suas diversas tipologias, continua a ser uma instituição essencial para a democratização do conhecimento e o fortalecimento da cidadania. Seja como espaço de aprendizado, seja como centro de inclusão social, ela desempenha um papel inegável na construção de uma sociedade mais informada e participativa.

4 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA: entre a formação cidadã e marcos legais

A cidadania é um conceito dinâmico e multidimensional, envolvendo não apenas a posse de direitos e o cumprimento de deveres, mas também a participação ativa dos indivíduos na sociedade. No contexto constitucional moderno, Benevides (1994, p. 7) destaca que o “cidadão é o indivíduo que tem um vínculo jurídico com o Estado. É o portador de direitos e deveres fixados por uma determinada estrutura legal”. No entanto, esse vínculo formal não assegura, por si só, o exercício pleno da cidadania, uma vez que fatores estruturais, políticos e sociais continuam a limitar o acesso equitativo aos direitos fundamentais e à participação democrática.

Benevides (1994, p. 7) observa que “direitos são concedidos não como prestações legítimas para cidadãos livres e iguais perante a lei, mas como benesses para protegidos, tutelados, clientelas”. Esse modelo de cidadania regulada reforça privilégios e restringe a participação política efetiva, dificultando a consolidação de um Estado democrático que garanta a universalização de direitos. Nesse sentido, Pais (2005) destaca que a cidadania ainda está fortemente limitada por desigualdades estruturais que impedem o acesso igualitário à educação, à saúde e à participação



política. Pais destaca ainda que a construção da cidadania plena requer um esforço contínuo para ampliar as vozes daqueles que historicamente foram silenciados, garantindo-lhes acesso não apenas a direitos formais, mas também a espaços reais de participação e decisão.

A cidadania, nesse contexto, não se limita ao reconhecimento de direitos e deveres formais, mas exige o engajamento dos indivíduos em esferas sociais e políticas. Benevides (1994, p. 15) argumenta que “a participação popular através dos mecanismos de democracia direta pode ser entendida como uma ‘escola de cidadania’”, ao possibilitar que os indivíduos atuem diretamente nas decisões que afetam suas vidas. O Manifesto da IFLA (2022) reforça essa perspectiva ao afirmar que as bibliotecas públicas desempenham um papel essencial na promoção da cidadania, na medida em que são um portal para o conhecimento, fornecendo condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, a tomada de decisões informadas e o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais. Dessa forma, o acesso à informação emerge como um elemento essencial para a construção de uma cidadania ativa e participativa.

Assim, a educação se torna um fator determinante para a formação de cidadãos críticos e engajados. Benevides (1994, p. 10) destaca que “aprende-se a votar, votando”, evidenciando que a prática democrática é desenvolvida de maneira contínua e processual. Essa concepção também é abordada por Pais (2005), que enfatiza a necessidade de formar indivíduos conscientes de seus direitos e responsabilidades, capazes de questionar as estruturas sociais e propor mudanças significativas.

Dessa forma, a cidadania deve ser compreendida como um processo contínuo de construção social, que transcende a simples atribuição de direitos e deveres legais. Como observa Benevides (1994, p. 9), “a cidadania exige instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de lutas e na definição de instituições permanentes para a expressão política”. Para que essa cidadania se torne plena, é fundamental remover os obstáculos que impedem o acesso à informação e garantir que todos os cidadãos possam exercer seus direitos de forma igualitária e ativa.

Para Araripe (2014), as bibliotecas comunitárias são espaços essenciais para a promoção da cidadania. Elas oferecem acesso à informação, estimulam a leitura e



o aprendizado, e ajudam a formar cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Ao proporcionar acesso à informação, conhecimento e cultura, essas instituições promovem a cidadania ao se tornarem agentes ativos na construção de sociedades informadas e participativas, fortalecendo os laços sociais e contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados.

Embora as bibliotecas comunitárias sejam importantes instrumentos para promoção da cidadania, observa-se a existência de algumas dificuldades para implementação e manutenção desses equipamentos. A vista disso, é fundamental conhecer os marcos legais que podem servir como auxílio ao fortalecimento desses espaços.

Ainda na atualidade, no Brasil, não há uma legislação específica que regulamente as bibliotecas comunitárias de forma abrangente. Entretanto, as bibliotecas, em geral, são abordadas em diversos documentos legais, e algumas normativas podem ser aplicadas às bibliotecas comunitárias. O quadro 2 apresenta alguns marcos legais vigentes no país e suas relações com as bibliotecas comunitárias.

Quadro 2 – Marcos legais que contribuem com as bibliotecas comunitárias

LEGISLAÇÃO	RELAÇÃO COM A BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
Constituição Federal (1988)	A Constituição assegura o direito à cultura e à educação, destacando a importância do acesso à informação. Embora não aborde especificamente bibliotecas comunitárias, esses princípios fundamentais respaldam a importância dessas instituições.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)	Essa lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e destaca a importância das bibliotecas escolares. Embora seja focada em instituições de ensino, a presença de bibliotecas nas escolas é relevante para o desenvolvimento educacional das comunidades.
Lei do Livro (Lei nº 10.753/2003)	Essa lei dispõe sobre a política nacional do livro e institui o Dia Nacional do Livro. Embora não trate diretamente de bibliotecas comunitárias, a promoção do livro e da leitura é um elemento relevante para essas instituições.
Política Nacional de Leitura e Escrita (Decreto nº 12.166/2024)	Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696/2018. Este decreto fortalece a colaboração entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura para promover a leitura no país. Entre as iniciativas destacadas está a construção de um novo Plano Nacional do Livro e Leitura, que definirá ações abrangentes para valorizar o livro e a leitura, a serem executadas pelo Estado e pela sociedade.
Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)	Embora não trate exclusivamente de bibliotecas, o Marco Civil da Internet destaca princípios como a garantia da neutralidade da rede, que pode influenciar no acesso à informação, um aspecto que pode ser relevante para bibliotecas comunitárias, visto que sua principal função é fornecer acesso à informação.
Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020)	Foi criada para apoiar o setor cultural durante a pandemia da COVID-19, garantindo recursos emergenciais para artistas, coletivos e espaços culturais, incluindo bibliotecas comunitárias. Embora seu foco principal tenha sido a manutenção das atividades culturais diante da crise sanitária, a lei reforçou a importância da cultura como um direito e destacou a necessidade de financiamento público para iniciativas culturais em todo o país. Além disso, a continuidade desse apoio foi estabelecida pela Lei Aldir Blanc 2 (Lei nº 14.399/2022), que instituiu uma política permanente de fomento à cultura, consolidando o papel das bibliotecas comunitárias como espaços essenciais para a promoção da leitura e do acesso ao conhecimento.

Fonte: dados da pesquisa (2025).

É importante notar que, apesar da ausência de uma legislação específica para bibliotecas comunitárias, muitas dessas instituições operam com base em iniciativas locais, parcerias e engajamento comunitário. Além disso, a legislação geral sobre educação, cultura e acesso à informação pode ser aplicada para respaldar a importância e o funcionamento dessas bibliotecas.

Salienta-se, contudo, a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas e de informação que abarquem as bibliotecas comunitárias. Incentivar a existência e sustentabilidade desses espaços pode reverberar positivamente em aspectos

envolvendo educação, além de fortalecer uma maior interação comunitária entre os cidadãos, desde as idades iniciais à idosos.

5 DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA

Como é da natureza das bibliotecas comunitárias se moldar à comunidade a qual ela está inserida, cada biblioteca se torna uma instituição única, já que cada comunidade é única com necessidades e demandas específicas. Conforme destaca Milanesi (1993), a forma de organização da biblioteca deve ser estabelecida em conjunto pelos membros da comunidade e pelo bibliotecário responsável. Isso inclui o *feedback* do público em decisões importantes, como a seleção de livros e documentos, e a definição de eventos e atividades culturais, como exposições, recitais e conferências. Ainda segundo Ninin *et al.* (2015), essas bibliotecas devem ser geridas de maneira estratégica, baseando-se na análise das necessidades dos usuários, essa abordagem garante que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma eficiente e sustentável, beneficiando diretamente a comunidade atendida.

A proposta destas diretrizes é a partir da leitura e análise dos textos encontrados fornecer uma estrutura para o processo de implantação, ajudando a garantir que os passos importantes sejam considerados. Com isto em mente foram desenvolvidas diretrizes para implantação de uma biblioteca comunitária e sua importância para a conforme o quadro 3:

Quadro 3 – Diretrizes para implantação de uma biblioteca comunitária e suas relações com a formação cidadã

(continua)

DIRETRIZ	PROPÓSITO	PARA A CIDADANIA
Envolvimento comunitário e participação coletiva	Garantir que a comunidade participe ativamente do planejamento, gestão e uso da biblioteca, promovendo um espaço que atenda às suas necessidades informacionais e culturais. “Um indivíduo compromete-se com aquilo que conhece e o comprometimento será tão intenso quanto maior for sua participação na definição e no planejamento do que se pretende atingir” (Chiavenato, 2006, p. 420).	O envolvimento comunitário fortalece a autonomia e a participação social, permitindo que os cidadãos sejam agentes ativos na construção de espaços educativos e culturais.

		(conclusão)
DIRETRIZ	PROPÓSITO	PARA A CIDADANIA
Formação e diversificação do acervo	Construir um acervo que atenda às demandas informacionais e de fortalecimento da cidadania da comunidade, obtido por doações, compras, parcerias ou políticas de fomento à cultura.	Segundo Alves, Correia e Salcedo (2017), as bibliotecas comunitárias têm um papel essencial na formação de leitores críticos e cidadãos ativos, ao oferecerem materiais que dialoguem com as realidades sociais e culturais de suas comunidades. Um acervo bem estruturado e diversificado é fundamental para a construção da cidadania, pois proporciona acesso equitativo ao conhecimento e incentiva o pensamento crítico.
Capacitação de voluntários e equipe gestora	Treinar os responsáveis pela biblioteca, promovendo a formação de mediadores de leitura e gestores culturais que possam dinamizar o espaço. “A criação de mecanismos que garantam a participação qualificada da comunidade na gestão das bibliotecas públicas e comunitárias é essencial para fortalecer o vínculo entre esses espaços e seus usuários” (Machado e Vergueiro, 2010, p. 241).	A qualificação da equipe que atua na biblioteca permite, entre outras coisas, uma mediação mais eficaz da informação, ampliando o impacto social das bibliotecas comunitárias e promovendo a formação dos cidadãos de sua comunidade. Ademais, consolida aspectos como acolhimento e receptividade à comunidade no espaço da biblioteca.
Captação de recursos e sustentabilidade	Buscar financiamento por meio de projetos, parcerias institucionais e incentivos fiscais. Além de sua autonomia administrativa, a biblioteca comunitária possui flexibilidade para estabelecer parcerias com instituições públicas, privadas e organizações não governamentais, buscando apoio para ampliar sua atuação.	A busca por sustentabilidade permite a continuidade das atividades da biblioteca, garantindo acesso permanente à informação e promovendo a educação dos cidadãos. É uma etapa importante para a manutenção e continuidade das ações desenvolvidas pela biblioteca comunitária.
Promoção de atividades culturais e educativas	Oferecer eventos e programas culturais que incentivem a leitura e a troca de conhecimentos, fortalecendo o vínculo da biblioteca com a comunidade.	Segundo Targino (2020) a democratização da leitura pode ser um instrumento capaz de contribuir para o avanço da comunidade e para formação dos cidadãos dentro delas.

Fonte: dados da pesquisa (2025).

As diretrizes apresentadas no quadro 2 são resultados da pesquisa bibliográfica realizada, fundamentadas em conceitos da administração e na literatura especializada sobre bibliotecas comunitárias. A abordagem administrativa aplicada à gestão dessas bibliotecas tem como base princípios organizacionais que garantem eficiência, sustentabilidade e impacto social. Segundo Chiavenato (2006), a administração eficaz



de organizações deve considerar aspectos como planejamento estratégico, estrutura organizacional e processos de controle, garantindo que os recursos disponíveis sejam otimizados para cumprir sua missão institucional.

Além disso, Targino (2020) enfatiza que as bibliotecas comunitárias devem ser estruturadas e fundamentadas com base em um planejamento, garantindo que elas não apenas disponibilizem acervos, mas também desenvolvam ações organizadas para incentivar a formação leitora e a inclusão social. A pesquisa de Alves, Correia e Salcedo (2017) reforça essa perspectiva, destacando que a implementação de bibliotecas comunitárias deve seguir um modelo de gestão que envolva planejamento participativo e avaliação contínua das atividades.

Nesse sentido, a adoção de um modelo administrativo que combine eficiência operacional com engajamento comunitário fortalece o papel dessas instituições como espaços de transformação social e promoção da cidadania.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas comunitárias, como centros dinâmicos e catalisadores de desenvolvimento local, oferecem uma gama diversificada de produtos e serviços que vão muito além do simples empréstimo de livros. Essas instituições, muitas vezes nascidas da iniciativa das próprias comunidades, buscam atender às necessidades específicas de seus membros, promovendo a inclusão, o aprendizado e a construção de identidade cultural.

A análise das fontes sobre o conceito de biblioteca comunitária, revelou que essas instituições são caracterizadas pela gestão participativa e pelo compromisso com a transformação social. Diferente das bibliotecas públicas tradicionais, elas são criadas e administradas pela própria comunidade, atendendo às suas demandas específicas e promovendo a autonomia local (Machado, 2009). Do ponto de vista conceitual, uma biblioteca comunitária representa um empreendimento social que vai além da simples disponibilização de materiais informativos. Ela é um agente coletivo que, por meio de práticas sociais, transforma realidades e fortalece a cidadania. Isso ocorre porque essas bibliotecas criam espaços para o desenvolvimento do pensamento crítico, da alfabetização e da leitura. São lugares de encontro e diálogo,



nos quais indivíduos de diferentes origens e experiências podem compartilhar saberes e construir redes sociais que ampliam o debate e a reflexão crítica.

Os resultados sobre o papel da biblioteca comunitária na construção da cidadania indicam que essas bibliotecas oferecem acesso a recursos informacionais diversificados, promovem atividades culturais e educativas e incentivam a participação coletiva na tomada de decisões. Essas ações fortalecem a formação crítica dos cidadãos, ampliam sua capacidade de expressão e favorecem a inclusão social (Cavalcante; Feitosa, 2010). As bibliotecas comunitárias são mais do que espaços físicos de leitura, representando o lado simbólico das comunidades. Elas promovem sociabilidade, debates e ações em prol da melhoria das condições cotidianas. Além do acesso à informação, essas bibliotecas podem ser catalisadoras do desenvolvimento individual e comunitário, proporcionando iniciativas socioculturais e promovendo o talento local.

Como resultado da pesquisa, foram criadas diretrizes que orientam a implantação e o funcionamento das bibliotecas comunitárias, destacando aspectos essenciais como o envolvimento comunitário, a formação do acervo, a capacitação de voluntários e a sustentabilidade do projeto, alcançando o principal objetivo proposto. Essas diretrizes foram fundamentadas na literatura analisada e na compreensão do impacto social dessas instituições, demonstrando que a biblioteca comunitária é um agente ativo na construção da cidadania, promovendo acesso à informação, educação e participação social.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Mariana de Souza; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; SALCEDO, Diego Andres. Práticas leitoras e informacionais nas bibliotecas comunitárias em rede da Releitura-PE. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 211-233, 2017. Disponível em: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/365/3651646013/3651646013.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.
- ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Leitura e dinamização de acervos: um banquete de luzes, cores, fantasias, realidades. *In*: CAVALCANTE, Lidia Eugenia; ARARIPE, Fátima Maria Alencar (org.). **Biblioteca e Comunidade: entre vozes e saberes**. Fortaleza: [s. n.], 2014. cap. 6, p. 87-102. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53703>. Acesso em: 21 maio 2023.



BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s. l.], n. 33, p. 5-16, ago. 1994. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64451994000200002>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2016]. 496 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024. Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 5 set. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12166.htm#art17. Acesso em: 15 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Dispõe sobre a política nacional do livro e da leitura, cria o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), institui o Fundo Nacional do Livro (FNL) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 out. 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10753-30-outubro-2003-497306-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 23 abr. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 4, 30 jun. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14017.htm. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022. Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 11 jul. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14399.htm. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 set. 2023.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Metodologias para implantação de bibliotecas comunitárias. *In*: CAVALCANTE, Lidia Eugenia; ARARIPE, Fátima Maria Alencar



(org.). **Biblioteca e comunidade**: entre vozes e saberes. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2014. cap. 1, p. 15-26.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia; FEITOSA, Luiz Tadeu. Bibliotecas comunitárias e movimentos sociais: mediações, sociabilidades e cidadania. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO INOVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: [s. n.], 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/34513>. Acesso em: 18 fev. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**: teoria e mais 500 questões com gabarito. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FERREIRA, Jade Gomes de Sousa. **O marketing como estratégia de divulgação das ações culturais na biblioteca comunitária criança feliz**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/35041>. Acesso em: 5 ago. 2024.

FONSECA, Jose João Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. 127 p. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

GOMES, Henriette Ferreira; PRUDÊNCIO, Deise Sueira; CONCEIÇÃO, Adriana Vasconcelos da. A mediação da informação pelas bibliotecas universitárias: um mapeamento sobre o uso de dispositivos de comunicação na web. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 145-156, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9047/4812>. Acesso em 14 abr. 2025.

IFLA. UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. IFLA, 2022. Disponível em: <https://repository.ifla.org/server/api/core/bitstreams/4851ec2e-12af-4ada-8652-a58f85c7d373/content>. Acesso em: 17 mar. 2025.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. 2. ed. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013. 120 p. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MACHADO, Elisa Campos. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 7, n. 1, p. 80-94, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v7i1.1976>. Acesso em: 07 nov. 2024.

MACHADO, Elisa Campos; VERGUEIRO, Waldomiro. A prática da gestão participativa em espaços de acesso à informação: o caso das bibliotecas públicas e das bibliotecas comunitárias. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín, v. 33, n. 1, p. 241-255, 2010. Disponível em:



<https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/6289>. Acesso em: 18 set. 2024

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013. 118 p.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca?**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 107 p.

NININ, Débora Marroco *et al.* Indicadores de circulação do acervo na Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos. **Transinformação**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 59-71, abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6054>. Acesso em: 14 abr. 2025.

PAIS, José Machado. Jovens e cidadania. **Sociologia, Problemas e Prática**, [s. l.], p. 53-70, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/202>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SOEIRO, Antonia Verônica Carneiro. **Biblioteca comunitária**: formação leitora, inclusão e transformação sociocultural na periferia de Fortaleza. 2022. Tese (Doutorado em Pedagogia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/69337>. Acesso em: 21 ago. 2024.

TARGINO, Maria das Graças. ASSOCIAÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL. **Conceito de biblioteca**. [Brasília]: ABDF, 1984. 117 p.

TARGINO, Maria das Graças. Mediação cultural e da leitura como estratégia de inclusão social: bibliotecas comunitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1400>. Acesso em: 26 nov. 2024.

VARELA, Aida Varela. Dimensões das relações entre a Ciência da Informação e as Ciências Cognitivas: caminhos percorridos e a percorrer. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 2, p. 51-64, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4024>. Acesso em: 15 jun. 2024.

